



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 80/XII/ 1.ª SL

Aos 10 dias do mês de Julho de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego (Requerimento potestativo do PCP).

Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego (Requerimento potestativo do PCP)

O Senhor Presidente deu início à audição, tendo cumprimentado o Senhor Ministro da Economia e do Emprego e os Secretários de Estado que o acompanharam, o SE Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional e o SE das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, dando-lhe em seguida a palavra para uma intervenção inicial. Antes porém o Senhor Presidente transmitiu que o Senhor Presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário estava presente e pretendia assistir a esta audição, tendo-o cumprimentado em nome da Comissão.

O Senhor Ministro elencou as medidas de revitalização económica tomadas e reformas estruturais realizadas no âmbito do Ministério da Economia e das Obras Públicas, no seu primeiro ano de mandato, tais como: o reforço da linha de financiamento “PME Crescimento” para permitir o acesso ao crédito das empresas economicamente viáveis, colocar os fundos comunitários ao serviço da economia portuguesa através da linha “Investe QREN”, medidas de caráter excepcional para apoiar o setor da construção, que permitirão às empresas do setor libertar garantias bancárias que lhes permitirão realizar poupanças com os encargos financeiros dos associados, planos para a redução do desemprego no referido setor, através do apoio à internacionalização e aposta no ensino técnico/profissional, o recente Código de Insolvência e a aposta na reabilitação urbana através do programa JESSICA.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 80/XII/ 1.ª SL

Na primeira ronda de perguntas colocaram perguntas ao Senhor Ministro, os Senhores Deputados Agostinho Lopes, em nome do GP requerente, Rui Paulo Figueiredo (PS), Paulo Campos (PS), Pedro Saraiva, Deputado Paulo Cavaleiro, Helder Amaral (CDS-PP) e Pedro Filipe Soares (BE). A cada Deputado o Senhor Ministro respondeu individualmente após cada intervenção.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) começou por criticar o Senhor Ministro por não ter feito uma avaliação do setor da construção civil durante a sua intervenção inicial, apesar deste agendamento potestativo do PCP ter esse intuito e o PCP ter vindo a interpelar o Senhor Ministro sobre a matéria em qualquer das suas anteriores audições. Acusou o Governo de deliberadamente apostar no saneamento empresarial da atividade da construção civil e desmantelamento do Ministério das Obras Públicas e de ao final de um ano de mandato ainda não ter definido uma estratégia para este setor. Depois o Deputado do PCP perguntou qual era a avaliação integral efetiva que o Governo tinha do setor em análise, que é constituído na sua quase totalidade por micro e pequenas empresas, com dívidas que ascendem a 1,4 mil milhões de euros. Perguntou em seguida qual era a calendarização prevista para o pagamento das dívidas da administração central do Estado ao setor, qual o montante de despesa pública associado a cada uma das linhas de crédito anunciadas pelo Senhor Ministro, qual o papel que o Estado estabeleceu para a CGD no apoio às PME, qual a avaliação do que a banca está a fazer com o imobiliário que tem na sua posse.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo solicitou ao Senhor Ministro esclarecimentos sobre a falta de investimento público e a destruição de empresas do setor da construção por falta de financiamento.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS), para sublinhar em primeiro lugar que o Ministério da Economia e do Emprego era o responsável pela opção política que está a conduzir à redução de mais de 400 postos de trabalho por dia, apesar de no ano anterior o Senhor Ministro ter afirmado que a taxa de desemprego era insustentável, e agora atingir 144.000 pessoas e perguntar quais eram as políticas de combate ao desemprego previstas pelo Governo e quantos postos de trabalho tinham sido criados graças a elas, se o Governo pretendia aproveitar as linhas de investimento



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 80/XII/ 1.ª SL

disponibilizadas pela UE para estimular a economia através de investimento público, qual era a estimativa de redução do PIB para 2012.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva para aludir às audições realizadas pela Comissão às associações e empresas do setor da construção civil, à aposta do Governo na sustentabilidade do setor e solicitar aos outros GP que apresentassem propostas de medidas concretas para o setor. Igualmente para destacar a simplificação e a redução de custos de contexto esperada, com a redução da caução de garantias de alvarás e apoio à internacionalização e pedir informações sobre a gestão do programa JESSICA de revitalização urbana. Sobre a sustentabilidade da linha do Vouga com a alteração de bitola. Concluiu solicitando ao Senhor Ministro que detalhasse algumas dessas medidas e fizesse um comentário sobre as oportunidades que estas trazem às empresas.

O Senhor Deputado Helder Amaral, dirigiu ao MEE perguntas sobre o aumento das exportações e a aposta em novos produtos, sobre a alteração à lei do arrendamento e potencialização da reabilitação urbana, sobre os apoios à formação de desempregados, sobre a pretensão da CGD em vir a ser um forte parceiro na economia, sobre o efeito que o projeto REVITALIZAR poderá ter no setor da construção civil e sobre o ponto de situação dos contratos de exploração mineira.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares inquiriu o Senhor MEE sobre o impacto no setor das políticas do Governo, sobre a destruição de 203.000 postos de trabalho, muitos deles no setor da construção, sobre a falta de reflexo das medidas do Governo na economia, sobre o apuramento de responsabilidades pela situação, sobre a privatização da linha do Vouga e posterior garantia do serviço público e, finalmente sobre as soluções concretas para o setor.

Na segunda questionaram o Senhor Ministro os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Carina Oliveira (PSD), Luís Leite Ramos (PSD), João Paulo Viegas (CDS-PP), Agostinho Lopes (PCP), Catarina Martins (BE). No final desta ronda de perguntas o Senhor Ministro respondeu em bloco, tendo o Senhor SEOPTC



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 80/XII/ 1.ª SL

Finalmente, na terceira ronda intervieram os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Nuno Matias (PSD) e Agostinho Lopes e Catarina Martins. A cada Deputado o Senhor Ministro respondeu individualmente após cada intervenção.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo usou da palavra para se referir à falta de alternativas do Governo não apenas para construção civil mas também para o setor da restauração, responsabilizou o MEE pelo aumento de falências e a redução da execução orçamental.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) para afirmar que o problema já vinha do anterior Governo, e que isso era possível de confirmar pelo fraco crescimento da economia verificado nos últimos 10 anos, de apenas 0,7%. Mostrou-se satisfeito pela capacidade das empresas exportarem para o mercado extra comunitário e pela capacidade de criação de valor acrescentado.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes criticou o Senhor MEE por vir a uma audição sobre a construção civil e não apresentar um quadro rigoroso da situação, referiu-se aos problemas de tesouraria das empresas devido às proibitivas taxas de juro, solicitou informações sobre o calendário de pagamentos às empresas, sobre a suspensão das obras no IP2, IP8 e EN125 e a sua retirada do plano de reprogramação do QREN, sobre o início das obras do Túnel do Marão e da autoestrada transmontana, sobre o POPH, sobre o programa JESSICA e o seu significado em termos de planos operacionais regionais, sobre a concretização dos investimentos de requalificação do parque escolar e as verbas disponíveis para o efeito.

A Senhora deputada Catarina Martins (BE) requereu ao Senhor Ministro que esclarecesse se os pagamentos do Estado às empresas estava previsto para Novembro, comentou a falta de dados concretos sobre as medidas do Governo para assegurar o acesso ao crédito por parte das empresas, sobre o investimento do Estado na rede básica de estradas e rodovias e respetivo calendário, sobre as metas e objetivos para as PME e as micro empresas, sobre planos para o crescente aumento do número de desempregados.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 80/XII/ 1.ª SL

No final da última ronda, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) apresentou uma interpelação à Mesa para que esta requeresse ao Senhor Ministro da Economia e do Emprego o calendário dos pagamentos das dívidas do estado em 2012 e solicitar a distribuição das perguntas e respostas apresentadas pelo PCP ao Governo em dezembro de 2011 e um quadro do investimento privado e público em 2012. Requereu ainda que fossem remetidas ao MEE as conclusões do Encontro da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário para que o Senhor Ministro pudesse tecer os seus comentários sobre o mesmo. O Senhor Ministro informou que já dispunha desse documento.

A reunião foi encerrada às 14:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 Julho 2012.

O (A) PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 80/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Maria Paula Cardoso
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: